

Ata da sessão de audiência pública destinada a discutir a minuta de edital de licitação para concessão florestal na Floresta Nacional de Caxiuanã realizada em 11 de agosto de 2014 em Belém, Pará.

Aos onze dias do mês de agosto do ano de dois mil e catorze, às quinze horas e treze minutos, membros da população local e representantes da sociedade civil e das esferas municipal, estadual e federal de governo reuniram-se no auditório da Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Pará (Sema/PA), localizado na Travessa Lomas Valentinas, 2717, em Belém, Pará, para participar de audiência pública destinada a discutir a minuta de edital de licitação para concessão florestal na Floresta Nacional (Flona) de Caxiuanã. Compuseram a mesa de abertura o Sr. Marcus Vinicius da Silva Alves (diretor-geral substituto do Serviço Florestal Brasileiro) e o Sr. Luiz César Cunha Lima (gerente-executivo de Concessão Florestal substituto do Serviço Florestal Brasileiro). O Sr. Marcus Vinicius Alves comunicou que esta era a primeira de cinco audiências públicas sobre a concessão florestal na Flona de Caxiuanã. Em seguida, informou que havia uma lista de presença, destacou a importância do registro de presença e afirmou que havia também um formulário da Ouvidoria do Serviço Florestal Brasileiro por meio do qual poderiam ser apresentados elogios, reclamações e sugestões. Logo após, o Sr. Marcus Vinicius da Silva Alves convidou o Sr. Luiz César Lima para apresentar os principais pontos da minuta do edital e explicou que após esta apresentação a palavra seria concedida à plateia. Por sua vez, o Sr. Luiz César Lima saudou a todos e agradeceu aos participantes pela presença em um evento tão importante. Em seguida, apresentou a equipe do Serviço Florestal que estava trabalhando no evento: a Sra. Valéria Araújo na redação da ata; a Sra. Soraya Jennings no auxílio à apresentação; a Sra. Evie Negro na assessoria de imprensa; o Sr. Ângelo Francisco, chefe da Unidade Regional do Serviço Florestal Brasileiro em Santarém/PA. Logo após, apresentou os dispositivos legais que amparam as concessões florestais: a lei 11.284/2006 ("Lei de gestão de florestas públicas" – LGFP), o Decreto 6.063/2007, que a regulamentava, e a lei 8.666/1993 ("Lei Geral de Licitações"). Informou que os objetivos principais da LGFP: a) combater a grilagem de terras públicas e a violência no campo; b) combater o desmatamento em terras públicas; c) gerar benefícios para a sociedade; e d) conservar as florestas. Em seguida, apresentou o conceito de concessão florestal insculpido na lei 11.284/2006 e explicou, brevemente, alguns de seus principais elementos, entre os quais o significado de "delegação onerosa", "manejo florestal" e "licitação". Informou que, segundo a LGFP, o prazo de duração do contrato de concessão florestal é de 40 anos. Destacou a geração de benefícios econômicos, sociais e ambientais oriunda das concessões florestais. Esclareceu que a concessão florestal não inclui: a) a titularidade imobiliária, b) os direitos sobre o subsolo, c) os direitos sobre a biodiversidade, d) os direitos sobre os serviços ambientais (inclusive crédito de carbono) e e) o direito de realizar caça e pesca. Afirmou que, se fosse o caso, o concessionário deveria solicitar cada uma dessas licenças ou autorizações nos respectivos órgãos competentes. Ademais, o Sr. Luiz César Lima indicou os principais benefícios da concessão florestal: a) segurança jurídica; b) segurança fundiária; c) ordenamento da atividade madeireira; d) atração de investimentos na criação e revitalização do parque industrial; e) incentivos à capacitação da mão-de-obra local; f) aumento da arrecadação municipal, estadual e federal; g) garantia de manutenção da floresta e fortalecimento da gestão das florestas públicas; e h) geração de empregos e renda na região. Em seguida, o Sr. Luiz César Lima informou que: a) a Floresta Nacional de Caxiuanã foi a primeira Flona criada na Amazônia; b) o Plano de Manejo da Unidade de Conservação foi aprovado pela Portaria 141 do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); c) a área total da Flona é de 322.869,00 ha; d) sua área potencial para concessão florestal é de 183.695,70 ha; e) a Flona de Caxiuanã está integralmente localizada nos municípios de Portel e Melagaço; f) não há conflitos entre populações tradicionais; g) na Flona está localizada a Estação Científica Ferreira Penna; e h) a principal logística é realizada por via fluvial, mais barata, em regra, do que a via rodoviária na região amazônica. O Sr. Luiz César Lima enumerou os requisitos para a publicação do edital de concessão florestal: a) a publicação do Decreto da criação da Unidade de Conservação (Decreto Federal 239/1961); b) a existência do Plano de Manejo da Unidade de Conservação (PMUC), aprovado pela Portaria 141 do ICMBio; c) a inclusão da Flona no Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF) 2014. Já que todos esses requisitos foram cumpridos, a Flona de Caxiuanã apresenta pode ser submetida ao processo de

16920/2014

licitação para concessão florestal. Informou que os produtos que podem ser manejados pela concessão são: madeira em tora, material lenhoso residual da exploração e produtos florestais não madeireiros. Mencionou que, entre outros, os seguintes produtos somente podem ser explorados após autorização do SFB, que avaliará a compatibilização de seu uso comercial com o seu uso pelas populações tradicionais e pelas comunidades locais: palmito e fruto do açaí; todos os produtos das demais palmáceas, fruto da castanha do Pará. Enumerou que podem participar da concorrência pública: empresas, associações de comunidades locais, cooperativas e organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips). Informou que todos os licitantes precisam ter sede e administração no Brasil. Explicou que o licitante será pontuado com base na proposta técnica, que vale 500 pontos, e na proposta de preço, que também vale 500 pontos. Será declarado vencedor da licitação quem conseguir a maior pontuação no somatório das propostas técnica e de preço. Indicou que a fase de habilitação exige que o concorrente seja “ficha limpa”, pois entre os documentos que devem ser apresentados na fase de habilitação são exigidos os que demonstram regularidade ambiental, fiscal, trabalhista, jurídica e qualificação técnica. Mencionou os documentos obrigatórios para os participantes sob forma de consórcio: a) comprovação de compromisso da constituição do consórcio, b) documento indicando a empresa líder, c) documentos referentes à habilitação, à capacidade técnica, à idoneidade financeira e à regularidade jurídica e fiscal de todos os participantes do consórcio. Afirmou que o consórcio pode constituir uma única empresa para gerir o contrato e que a empresa líder será responsável técnica e legal por todos os atos praticados pelo consórcio. Apresentou o zoneamento ambiental da Flona aprovado pelo PMUC, a proposta inicial de unidades de manejo florestal (UMFs) e suas respectivas áreas. Afirmou que a LGFP exige a presença de, pelo menos, uma UMF pequena em cada lote submetido ao processo licitatório, e que o conceito de UMF pequena está no Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF). Segundo o PAOF 2014, UMF pequena é aquela cuja área tem no máximo 40 mil hectares. Ademais, informou o preço mínimo do edital, a partir do qual os interessados devem apresentar a proposta de preço: R\$ 75,00 por metro cúbico de madeira manejada. Discorreu sobre os critérios de precificação, os quais englobam, entre outros fatores: uma pesquisa de preço nas madeireiras localizadas em um raio de até 150 km da Flona, b) os custos de logística e c) os custos de produção do empreendedor. Esclareceu que proposta técnica é o compromisso que o licitante assume no processo de concessão florestal. Informou que os 500 pontos da proposta técnica estão distribuídos entre quatro critérios exigidos pela lei de gestão de florestas públicas: a) ambiental, b) social, c) de eficiência e d) de agregação de valor. O critério de agregação de valor é o que possui a maior pontuação, pois destina-se a manter a riqueza na região. Informou que os indicadores bonificadores permitem um desconto no preço que o licitante se comprometeu a pagar pela madeira manejada, e que a bonificação será aplicada somente se houver ágio em relação ao preço mínimo do edital. Discorreu sobre cada um dos indicadores bonificadores: a) grau de processamento local do produto; b) investimentos na proteção da UMF; c) geração de empregos; d) capacitação dos empregados; e) implantação e manutenção de sistema de gestão da qualidade, responsabilidade social, e saúde e segurança do trabalho; f) aproveitamento de resíduos; e g) implantação e manutenção de sistema de gestão de qualidade na indústria. Em seguida, versou sobre a distribuição dos recursos oriundos das concessões: o Valor Mínimo Anual (VMA) e a divisão da parcela restante, denominada “demais valores”. Detalhou que a distribuição legal dos valores oriundos da concessão florestal, excluído o VMA, acontecerá da seguinte maneira: a) 40% para o ICMBio, b) 20% para o estado do Pará, c) 20% para os municípios de Portel e Melgaço e d) 20% para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF). O Sr. Luiz César Lima acrescentou que o concorrente precisa de uma garantia de proposta que deve ser apresentada junto com a documentação de habilitação. A garantia pode ser executada quando: a) a proposta for retirada dentro do prazo de validade; b) não forem cumpridas as obrigações previstas no instrumento convocatório; c) houver, por parte da adjudicatária, recusa em celebrar o contrato. A devolução da garantia pode acontecer em 15 dias após a conclusão da fase de habilitação, para os licitantes inabilitados, ou após 15 dias depois da assinatura do contrato, para os demais licitantes. A comissão de licitação analisará a documentação e indicará se a concorrente foi ou não habilitada. O Sr. Luiz César Lima ainda mencionou o valor da garantia para cada UMF. Logo após, explanou sobre a garantia de execução do contrato, exigida na lei de florestas públicas e na lei geral de licitações. Garantia de execução do contrato corresponde a 60%

do valor de referência do contrato e deve ser apresentada em 3 fases, sendo: a) 30% na assinatura do contrato, b) 30% dez dias após a homologação do PMFS e c) 40% dez dias após a aprovação do segundo Plano Operativo Anual (POA). A execução da garantia de contrato dar-se-á nos seguintes casos: a) rescisão contratual; b) inadimplência das obrigações financeiras; c) condenação da concedente por atos de responsabilidade do concessionário; d) ressarcimento de valores de multas e indenizações. Ademais, informou que as modalidades de garantia são: a) caução em dinheiro, b) caução em títulos da dívida pública, c) seguro-garantia e d) fiança bancária. Em seguida, informou que os custos do edital devem ser ressarcidos pelos concessionários na proporção da área de suas respectivas UMFs. Acrescentou que o pagamento dos custos do edital pode ser realizado em até quatro parcelas trimestrais de igual valor, e que a primeira parcela deve ser paga três meses após a assinatura do contrato. Destacou que empresas de pequeno porte, microempresas e associações de comunidades locais estão isentas do pagamento dos custos de edital. Por fim, o Sr. Luiz César Lima agradeceu a todos pela atenção, informou que a apresentação estava encerrada e colocou-se à disposição para responder a quaisquer dúvidas apresentadas pelos presentes e para anotar toda e qualquer sugestão realizada. O Sr. Marcus Vinicius Alves solicitou que os questionadores se identificassem. O Sr. Joaquim Tavares, estudante de Administração de Castanhal/PA, saudou os presentes e indagou sobre algumas questões referentes ao novo código florestal. O Sr. Marcus Vinicius Alves explicou que a audiência não se referia ao código florestal e que, se fosse o caso, essa demanda poderia ser dirigida à área de governo responsável. O Sr. Leandro Valle Ferreira, do Instituto Emílio Goeldi, de Belém, indagou sobre o zoneamento apresentado no mapa, se a área de manejo florestal seria exclusivamente para empresas, pois, na época da elaboração do plano de manejo, isso teria sido definido e agora está sendo aberto para outras formas de organização como Oscips. Também questionou se os indicadores da tabela 2 podem sofrer alterações até a publicação do edital. Na bonificação, não viu bonificação para empresas que investissem em pesquisa. Acredita que seria interessante que fosse colocado, pois ajudaria à coleta de dados de antes da intervenção para embasar estudos sobre o quanto o manejo florestal de baixo impacto afeta a biodiversidade. O Sr. Marcus Vinicius Alves esclareceu que o manejo para fins de concessão é empresarial, mas a própria lei, desde a primeira concessão, permite que, para o manejo florestal empresarial, associações e OSCIPs participem da concessão. Existe um conjunto de indicadores em que um deles é para bonificar os concessionários para que incentivam à pesquisa, mas não foi selecionado para essa área. Entretanto, será estudada sua inclusão para este caso. Acredita ser interessante que seja adicionado o indicador para Caxiuanã. Sempre é tempo de sugestões para a melhoria do edital. Há grande perspectiva de a sugestão vir a ser acatada. O Sr. Deryck Martins, da Federação das Indústrias do Pará, indagou o que seria essa zona de interferência experimental e solicitou mais esclarecimentos sobre o primeiro e o terceiro indicadores. Sugeriu para não madeiras, fosse apresentado um estudo de viabilidade, bem como um plano e relatório de uso, explicando como se deu a exploração, com a finalidade de promover o uso múltiplo. O Sr. Marcus Vinicius Alves solicitou que o Sr. Leandro Ferreira esclarecesse. Por sua vez, o Sr. Leandro Ferreira explicou que o limite é o limite da estação experimental, área cedida pelo ICMBio para o museu para realizar pesquisa. O Sr. Luiz César Lima informou que em relação ao primeiro indicador, de critério ambiental, o SFB busca cobrar e estimular o empreendedor uma qualidade mínima do negócio, o concessionário deve apresentar critérios mínimos. Em relação ao terceiro, de eficiência, o SFB estimula que o concessionário tente melhorar as técnicas de manejo florestal sustentável. O Sr. Marcus Vinicius Alves acrescentou que o SFB está estimulando a certificação florestal, em relação à eficiência, de forma a permitir que o concessionário se comprometa com técnicas de alta precisão para a gestão da operação florestal. Sobre os não madeireiros, como resultado dos estudos, uma série de objeções são colocadas em relação com alguns produtos, o que acarretam uma série de medidas de precaução em relação a alguns produtos, que não impedem, mas restringem seu manejo a situações que serão analisadas caso a caso. O Sr. Idacir Peracchi, vice-presidente da Associação das Indústrias Exportadoras de Madeira do Estado do Pará (Aimex), questionou se o preço único não iria inviabilizar as espécies de menor valor, uma vez que a tendência do concessionário será não extrair espécies de menor valor de mercado. Além disso, indagou como seria calculado o valor de referência de contrato (VRC) e solicitou mais detalhes sobre os dispositivos contratuais e editalícios relativos às empresas de pequeno porte

(EPPs). O Sr. Marcus Vinicius Alves explicou que preço único é uma modalidade que vem sendo discutida desde a primeira concessão, tanto em relação à aplicabilidade como a outros critérios, e que sua adoção tem se mostrado mais apropriado ao longo do tempo. A prática vem mostrando que, para o concessionário e para o órgão gestor, é mais racional, pelo menos nesse momento. Esse estudo vem sendo feito desde 2007. Vários debates dentro do SFB vêm indicando que a melhor avaliação é a do preço único. Isso vem sendo reforçado pelo seguinte fato: as empresas que assinaram contratos que previam preço por grupo de valor estão pleiteando mudança para preço único. A garantia do contrato, que atingia 100% do VRC, equivale, hoje, a 60% do valor de referência do contrato e é paga gradativamente, de acordo com a execução do contrato. Atualmente, não há, por parte dos concessionários, grandes objeções em relação ao valor da garantia. A Sra. Marlúcia Martins, do Museu Paraense Emílio Goeldi, questionou a forma como se relacionaria a implementação do plano de manejo com a concessão florestal. Ela argumentou que o PMUC foi aprovado, mas ainda não foi implementado. Ela também acrescentou que uma série de ações precisam ser equalizadas com outras atividades que estarão sendo realizadas na Flona. Ademais, ela indagou até que ponto a concessão poderia atrapalhar ou ajudar a implementação do plano de manejo e se o recurso a que faz jus o ICMBio seria destinado ao plano de manejo da unidade de conservação ou se seria para uso geral da autarquia. Além disso, ela sugere que tanto o recurso do SFB como o do ICMBio se destinassem à pesquisa e ao monitoramento das atividades de pesquisa de concessão e afirmou haver necessidade de existir um aprimoramento do manejo florestal, tema que poderia ser apoiado por um processo de pesquisa. O Sr. Marcus Vinicius Alves esclareceu que o plano de manejo da unidade de conservação é de responsabilidade do ICMBio e por ele deve ser implantado. Explicou que a concessão florestal dar-se-á na área destinada ao manejo florestal e que a concessão não será contrária aos interesses da unidade de conservação, já que só poderá acontecer em respeito ao zoneamento dado pelo plano. Ele informou que a operação florestal em uma unidade de manejo florestal é monitorada por três entes simultaneamente: Ibama, ICMBio e SFB. A destinação de recursos, de acordo com a lei, é para a instituição, mas não esclarece em que eles serão aplicados. Acrescentou que se a arrecadação fosse direcionada apenas às unidades em que são arrecadadas seria muito ruim para as UCs, pois algumas unidades de conservação não conseguem gerar receitas próprias. Até hoje não há registro de prejuízo que a atividade de concessão tenha causado nas áreas em que foi implementada. Já são dez contratos e essas concessões têm apresentado desempenho muito bom em relação às medidas adotadas. Do ponto de vista do monitoramento, os riscos associados são muito baixos. Tem-se o compromisso de estudar considerar o indicador de bonificação de pesquisa. O Sr. Tarcísio Feitosa, do Ministério Público Estadual, apresentou-se preocupado com a falta das populações humanas nos mapas da floresta. Em outras concessões aparecem as populações tradicionais que habitam as Flonas. Também afirmou que há falta de integração com outros municípios e questionou o motivo pelo qual não haveria audiência pública em Senador José Porfírio/PA. Acrescentou que as informações devem ser bem disseminadas em Altamira e Portel. O Sr. Marcus Vinicius Alves informou que, em relação às comunidades, o zoneamento da UC está sendo obedecido. Esclareceu ser impossível realizar audiências em todos os municípios próximos à Flona de Caxiuanã e que, por lei, a realização das audiências públicas seria obrigatória apenas em Portel/PA e Melgaço/PA, pois são os municípios nos quais a Flona de Caxiuanã está localizada, mas que, tendo em vista ampliar o alcance dos princípios da transparência e da publicidade, o SFB iria realizar audiências em mais três municípios: Belém/PA, Breves/PA e Porto de Moz/PA. Acrescentou que o SFB não tem condições de ir além disso. Explicou que o processo de consulta pública é aberto e que, diferente da audiência, está aberto na internet e qualquer cidadão pode, a qualquer momento, participar. Explicitou que, em relação à participação, esse é um processo que passa por consulta pública quando da elaboração do Plano Anual de Outorga Florestal. Além disso, os elementos do edital são apresentados para a Comissão de Gestão de Florestas Públicas (CGFlop), que é um espaço de debate com vários segmentos da sociedade, e isso reafirma a preocupação do SFB com a participação pública na concessão florestal. O Sr. Leandro Valle afirmou que participou da elaboração do PMUC e que o diagnóstico mais completo é o socioeconômico, o qual está detalhado no plano de manejo. Ademais, ele se prontificou a repassar o PMUC ao Sr. Tarcísio Feitosa. O Sr. José Luiz, engenheiro florestal residente em Belém, indagou se a área destinada ao manejo comunitário é para as comunidades

que fazem uma exploração rudimentar e se essas comunidades podem participar das concessões florestais. O Sr. Marcus Vinicius Alves explicou que o manejo comunitário não se enquadra nas concessões florestais onerosas, as quais estão sendo debatidas nessa audiência pública. As zonas de manejo florestal comunitário não podem, por lei, ser concedidas. O Sr. Tarcísio Feitosa acrescentou que pode, no caso de manejo florestal comunitário. O Sr. Marcus Vinicius Alves esclareceu que esse tipo de atividade não faz parte da concessão florestal. O Sr. Edivaldo Pereira, engenheiro florestal, ex-chefe da Flona de Caxiuanã, forneceu um breve histórico da Flona, caracterizando-a e abordando seus inventários. Ele afirmou que sempre lutou para que a Flona fosse uma das primeiras a ser submetida a processo de licitação para concessão florestal. Além do mais, ele questionou se nas concessões estão incluídas as áreas de várzea. O Sr. Marcus Vinicius Alves respondeu que não. O Sr. Edivaldo Pereira considera a Flona de Caxiuanã uma das melhores florestas do estado do Pará sob o critério de espécies de madeira. O Sr. Marcus Vinicius Alves agradeceu pelas intervenções e solicitou que disponibilizasse tal conhecimento aos interessados em participar da concessão. O Sr. William Lopes, diretor jurídico do Sindicato da Indústria Madeireira, afirmou que o preço mínimo do edital suplanta em quase 80% o de Altamira e que a pesquisa de preço foi realizada ao redor da floresta, onde não há demanda para a volumetria de um projeto dessa magnitude. Ademais, afirmou temer que não haja concorrentes para a concessão, em razão do alto valor do preço mínimo do edital. Embora considere o edital muito bem confeccionado, alega que não há um detalhamento das competências fiscalizatórias. O Sr. Marcus Vinicius Alves esclareceu que não se deve comparar editais, já que as condições são muito diversas e a complexidade das concessões é muito distinta. Para embasar essa afirmação, exemplificou com preços de grupos de outras concessões florestais superiores ao preço mínimo do edital de licitação para concessão florestal na Flona de Caxiuanã. Acrescentou que o preço é resultado de uma metodologia que leva em consideração, entre outros itens, referências de mercado e análise de fluxo de caixa. A concessão florestal objetiva estabelecer um novo paradigma de indústria madeireira. Para alimentar essa metodologia são usados dados de campo, informações sobre custo e estrutura de custos de acordo com dados de outras concessões florestais. O Sr. Marcus Vinicius Alves explicou que o SFB está disposto e receptivo a receber uma proposta de precificação para ser analisada. Os custos variam de momento e local. Para se analisar uma mudança de preço, o SFB está aberto a sugestões, mas é necessário um embasamento técnico para justificar a solicitação. Em relação à competência fiscalizatória, o Sr. Luiz César Lima afirmou que a apresentação não comporta todo o conteúdo do edital e que a íntegra da minuta de edital, disponível no sítio eletrônico do SFB (www.florestal.gov.br), apresenta todas as informações, inclusive sobre competências. A Sra. Marlúcia Martins apresentou preocupação com a implementação do plano de manejo com a concessão florestal e questionou qual seria a relação entre o ICMBio e o SFB para a implementação do PMUC em relação à concessão. Ela acredita que a implementação deveria ser adequada para o bom funcionamento da concessão. O Sr. Marcus Vinicius Alves informou que não compete ao SFB implementar o PMUC, apenas a correta implementação da concessão florestal. O Sr. Marcus Vinicius Alves solicitou que o ICMBio, se possível, se manifestasse em relação à implementação do PMUC e informou que a concessão florestal não causa nenhum prejuízo à implementação do PMUC. O Sr. Edivaldo Pereira esclareceu que a implementação do PMUC pode ser realizada em médio e longo prazos, e que uma das formas de implementação do plano de manejo da unidade de conservação é a concessão florestal. O Sr. Marcus Vinicius Alves agradeceu a colaboração. O Sr. Gilberto Nadal perguntou qual foi o critério utilizado para a definição do tamanho das áreas das UMFs. Ele acredita que áreas menores podem permitir a participação de um maior número de interessados no certame licitatório. Além disso, indagou qual foi o critério utilizado para estabelecer o preço mínimo do edital. Ademais, comparou o preço mínimo do edital da Flona de Caxiuanã com os 45 reais por metro cúbico de madeira manejada cobrados em uma das concessões realizadas no estado do Pará. O Sr. Marcus Vinicius Alves respondeu que o tamanho das áreas leva em consideração o tipo de negócio que o SFB pretende que seja instalado ali e que a legislação determina que cada concessão tenha uma unidade de manejo florestal (UMF) pequena. Dessa forma, optou-se por uma UMF de cada categoria, a partir de vários exercícios de definição de tamanho, considerando o ciclo e o prazo de duração do contrato, que é de 40 anos. Afirmou que os parâmetros preço das concessões florestais federais não são, necessariamente, iguais aos das

275 estaduais. As UMFs propostas foram desenhadas com base, entre outros elementos, na economia
276 de escala, no PMUC e nas condições logísticas. O engenheiro florestal José Luiz questionou se
277 existe alguma influência do preço da madeira ilegal no preço sugerido pelo SFB. O Sr. Marcus
278 Vinicius Alves afirmou que o SFB trabalha com o preço de mercado, com todas as suas
279 assimetrias. O Sr. Edivaldo Pereira considera que o grande problema do setor madeireiro é a
280 questão fundiária. Dessa forma, a concessão florestal na Flona de Caxiuanã é a grande solução,
281 já que a indústria pode se estabelecer na região se houver matéria prima. Forneceu um histórico
282 sobre as indústrias madeireiras da área da Flona de Caxiuanã. Acrescentou que a concessão inibe
283 a ilegalidade. A Sra. Renilda Machado, secretária de Meio Ambiente do Município de Portel,
284 acredita que as empresas madeireiras de Portel não encerraram suas atividades em razão de
285 ausência de matéria-prima, mas por questões de mercado. O Sr. Edivaldo Pereira informou que a
286 matéria-prima da região foi exaurida após a promulgação de leis que proibiam a aprovação de
287 plano de manejo apenas com a posse da terra. O Sr. Marcus Vinicius Alves agradeceu a presença
288 de todos, em particular à da Secretaria de Meio Ambiente do Pará, na figura do secretário e do
289 secretário-adjunto de meio ambiente, e encerrou a audiência às 18h. Nada mais havendo a tratar,
290 eu, Valéria Ferreira de Araújo, analista ambiental da Gerência-executiva de Concessão Florestal
291 do Serviço Florestal Brasileiro, lavrei a presente ata.

Valéria K. de Araújo

Valéria Araújo
Analista Ambiental
Mat. 1672434
GECOF/SFB/MMA